

LUGAR FORA DAS IDEIAS URBANISTICAS: POPULAÇÃO NEGRA, BAIROS NEGROS E A PRODUÇÃO CONCEITUAL DAS CIDADES.

HENRIQUE CUNHA JUNIOR.

Professor Titular da Universidade Federal do Ceara.

Resumo: O pensamento urbanístico brasileiro ignora de forma sistemática a existências de populações negras, de espaços urbanos e bairros de maioria da população negra, deixando assim de tratar a diversidade e a especificada negra brasileira no momento da produção do desenho urbano, do planejamento realizado sobre a cidade. Na realidade a população negra mora em localidades que ficam totalmente a margem do pensamento urbanístico, por conseguinte da formação acadêmica dos profissionais e da pesquisa universitária. A produção do espaço público da cidade não leva em conta a cultura e as problemáticas da vida das populações negras sendo que este é um fator importante à produção da qualidade de vida e do combate às desigualdades sociais. Dentro deste artigo discutimos as razões em torno da dominação ocidental e da formação da ideologia da mestiçagem que funcionam como demarcadores de invisibilidade da população negra no pensamento urbanístico. Temos como conclusão que existe a possibilidade da operação sobre o espaço ser um dos fatores importante na produção das desigualdades sociais entre população negra e branca no Brasil, que podemos classificar isto como parte do racismo antinegro na sociedade.

1- INTRODUÇÃO.

Vivemos num tempo histórico que podemos denominar como sociedade do conhecimento (DZIEKANIAK, ROVER, 2011) dentro da era industrial e urbana. As sociedades tem a maior parte da população mundial vivendo nas cidades, como é o caso do Brasil onde 80% dos habitantes do país estão nas cidades e as condições de qualidade de vida e de oportunidade social são determinados pelas condições de vida desta população no meio urbano. As desigualdades entre grupos sociais são em grande parte reflexos das desigualdades de inserção destas populações no meio urbano. Por outro lado a sociedade do conhecimento é definida de forma ideal pelos seus teóricos como pautada pelas características, requisitos e demandas que a identificam baseada no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de conhecimento, na interação livre de restrições de espaço e tempo, como também na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem

1. "Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016".

comum. Ou seja, de uma sociedade democrática quanto à produção e uso da informação e do conhecimento em geral e em particular do conhecimento tecnológico.

Na denominada sociedade do conhecimento ocidental, cabe a adjetivação do conhecimento como ocidental, sendo o conhecimento naturalizado como universal faz parte apenas do conhecimento dos grupos dominantes na sociedade ocidental. O conhecimento institucionalizado é o conhecimento produzido pelas instituições de pesquisa acadêmicas. O conhecimento científico é parte do aparato regulador do estado e das instituições sociais. As políticas públicas dentro da sociedade do conhecimento são pautadas pelo conhecimento acadêmico onde podemos afirmar que os grupos sociais que não tem pesquisa científica não tem acesso amplo às políticas públicas, segundo seus critérios e interesses. Os problemas sociais são pautados pelo conhecimento científico e os grupos sociais que não inscrevem seus problemas na pauta científica não obtêm a validação destes como problemas pertinentes a discussão e solução no âmbito dos problemas sociais. Este é o ponto de partida para discussão das consequências da ausência de pesquisas sobre a população negra no meio urbano e na sociedade brasileira como um todo. Como das suas implicações práticas dentro dos processos de exclusão social. Embora existam os movimentos sociais da população negra, desde 1900 no Brasil e o no mundo marcado pelo aparecimento do Pan Africanismo (GOMES, 2014), demandando por políticas públicas específicas e também a intenção expressa do estado brasileiro em realizar estas políticas elas são inexistentes e débeis a sem a anuência das pesquisas acadêmicas. Por outro lado existem leis como a 10.639/2003 que obriga o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira em todos os níveis da educação e este é uma preocupação que as escolas de engenharia, arquitetura e urbanismo desconhecem por completo. Existe uma intencionalidade em não tratar as temáticas de interesse desta população e as raízes desta problemática precisam serem pensadas e discutidas. Este é o objetivo deste artigo que trabalha no campo do conhecimento urbanístico como preocupação central devido a importância que a produção da cidade e das habitações têm nos indicadores de desigualdades sociais e em razão das consequências na vida da população.

Um lugar fora das preocupações e das ideias urbanísticas caracteriza o foco da discussão indicando que estamos diante de uma ideologia, como forma de dominação e nos interessa compreender como ela se processa. Embora as formações tecnológicas estejam distantes do acesso e do uso das populações dos bairros negros algumas ações

[Digite texto]

importantes caminham neste sentido a exemplo dos projetos dos grupos de engenharia solidária (AVELAR, 2012),(SOUZA,2002) e de grandes projetos de reurbanização de favelas (SILVA JUNIOR, 2006), onde colocam importantes discussões sobre espaço urbano, urbanismos, espaço público, qualidade de vida e relação destes temas com cultura e diversidade da população. Entretanto todos estes projetos carecem de uma base conceitual e estrutural sobre as especificidades da população negra e uma crítica sistemática a formações dadas na universidades brasileiras que descartam a existência de africanos e descendentes como seres pensantes e produtores de conhecimento e também como grupo social estrutural a formação política, cultural, social e econômica do país, portanto substanciais e essenciais na compreensão da sociedade em que vivemos, eixo motor no qual se articulam as formas de produção das desigualdades sociais no Brasil.

O texto deste artigo é escrito numa conversa constante com pessoas que trataram do tema da produção da desigualdade sobre a população negra e tiveram inquietações sobre a cidade que é considerada pelos técnicos, arquitetos e engenheiros, como a parte da cidade feita sem os conhecimentos científicos, denominados como autoconstrução, ou seja, construídas pelos usuários, ou mais denominado como espaços de construção informal (GROSTEIN, 2001), tendo como contrário a cidade formal, aquela que existe nas formalidades da lei e das formações universitárias. Estamos tratando da cidade real e ignorada pelo conhecimento urbanístico e arquitetônico praticado pela maioria dos profissionais das áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo e principalmente pelos programas de formação destes profissionais. São visões sobre a realidade cegas para a realidade brasileira e para o que ocorre na maioria das cidades brasileiras. Trata-se de um texto feito com uma grande carga de criticismo e ceticismos sobre a experiência de ensino, pesquisa e extensão das universidades e faculdades no Brasil e com grande carga emocional. As primeiras anotações deste texto foram elaboradas em 2014 quando fiquei dois meses na área do Calabar em Salvador. No entanto sintetiza oito anos de trabalhos e discussões de análise de currículos, programas e ações das universidades brasileiras e evidencia a ausência de preocupação com as populações negras, com a cultura negra e com a situação de vida habitacional e de estrutura urbana desta população. Numa das conversas com colegas engenheiros estes falavam de “ideias fora do lugar”, referindo a expressão popular de ideias que não tiveram o lugar adequado, que estavam muito avançadas em relação às possibilidades reais ou que não se aplicavam no caso em discussão. Construímos o texto parodiando as ideias de fora do

lugar, que remete ao fato de que existe um lugar que não faz parte do conhecimento universitário, para o qual em razão da forma de construir que não obedece ao pretendido pelas formalidades teóricas é desconsiderado e transformado em ilegal. Os lugares da população negra são lugares fora das ideias do pensamento urbanístico brasileiro por diversas razões e tendo como consequência uma política pública de prejuízos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais para esta população. Na literatura sobre os temas relativos a população negra usamos definir esta política pública, que promove a ausência sistemática de preocupação com a população negra, como um processo de desqualificação social, que se insere nas práticas de racismo institucional antinegro (CUNHA JUNIOR, 2008), (CUNHA JUNIOR, 2015). Devido as teorias urbanísticas não levarem em conta a existência destes lugares fora das ideias as populações negras ficam fora de todos os benefícios pensados de maneira formal para as políticas públicas de reforma urbana e melhoria da vida nas cidades brasileiras. Ficamos fora como população negra, mesmo que entramos como anônimos na tarja de pobres ou povo, mas não como somos e queremos ser como população negra. Assim de uma "maneira técnica" o conjunto se desresponsabiliza para seguimento negro da população.

Este artigo tem como função discutir as razões de porque os temas das populações negras no Brasil são ideias fora do lugar das ideias acadêmicas e induzir a preocupação de que sendo como tal tem consequências nas políticas públicas e nas ações de combate as desigualdades sociais que estão inseridas as populações negras. Trata-se de um tema difícil para o conjunto universitário, pois toda auto crítica é difícil, sendo que existe a prática da universidade de apontar as responsabilidades com as desigualdades sociais para fora de si, ficando de forma aparente o sistema universitário sempre como crítico e não como fonte-parte de um sistema de dominação, como coautor da produção das desigualdades sociais. Como conclusão demonstraremos como as ideias acadêmicas colaboram para a produção da desigualdade sobre as populações negras e da relação desta como a perspectiva da produção das cidades.

2- O URBANO E A SUA PRODUÇÃO.

A cidade é composta de bairros onde vivem as pessoas e onde a diversidade humana se manifesta. Uma das dimensões dos problemas de uma sociedade é o da mediação entre

a cidade e a diversidade de população e de grupos sociais. A produção da identidade, individual e coletiva, sociabilidade e também das oportunidades de vida estão em grande proporção associadas a vida nos bairros. A qualidade de vida permitida aos grupos populacionais em grande proporção se define pelos bairros e encontra-se condicionada a produção dos espaços públicos, da infraestrutura urbana e das condições de moradia (NEAL, 2010). O desenho urbano, entendido como o desenvolvimento e consolidação de como é efetivamente estabelecida à cidade moderna, é mediado e executado por urbanistas, num campo de consensos e conflitos de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos. No entanto pautado e submetido ao conhecimento científico. No desenho urbano e nas discussões participam urbanistas, arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, sanitaristas, ambientalistas e juristas. Constitui uma área de pensamento pautada pela interdisciplinaridade no entanto orientada por um número reduzido de eixos sobre a concepção de cidade e sobre a formação dos profissionais enquanto urbanistas ou profissionais dedicados ao planejamento e desenho do espaço urbano.

No pensamento urbanístico a concepção de cidade é orientada pela história das cidades. Geralmente inicia-se pensando a habitação e a vida em coletividade tendo como base a alegoria da caverna de Platão. Segue na composição da racionalidade arquitetônica inspiração do “Tratado de Arquitetura de Vitruvius”, escrito no século I antes de Cristo, relativo a vida prática profissional na Roma de César Augusto. Faz referência aos feitos de Leonardo Da Vinci, passa para a histórias das cidades europeias (ROSSI, 1966), (BENEVOLO, 2003) como sendo a história das cidades do mundo e mergulha nas discussões da carta de Atenas Le (SENT/CORBUSIER, 1942) e suas consequências entre franceses, ingleses e americanos (DUCCI, 2009). Inexistem referências africanas e asiáticas fortes, embora em Benevolo (2003) tenha parte de um capítulo sobre o Egito. Sendo que os fenômenos urbanos ocorreram desde 4000 anos antes da era cristã no Egito (MALEK, 2003). Sendo que a maior variedade de formas de urbanismo e arquitetônicas está presente nas histórias asiáticas e africanas (HORNUG, 1992). Podemos deduzir que a fundamentação teórica do urbanismo se limita ao exame da tradição eurocêntrica. Dialoga apenas com parte das culturas europeias e como os problemas da formação histórica da Europa produzindo uma mentalidade eurocêntrica e disfarçada como conhecimento científico e universal.

O padrão de urbanização brasileira imprimiu as metrópoles e cidades conceitos e formas de conceber a cidade. Formalizou-se o conceito de padrão periférico que engloba loteamento ilegal, a autoconstrução e os distantes conjuntos habitacionais desprovidos de equipamentos urbanos e de espaços públicos. Formalizou a ideia de cidade como produzida por um espaço dual, repartido como a cidade informal, sem tecnologia, planejamento e investimentos públicos significativos e a cidade formal concentradora dos investimentos públicos, lugar de planejamento e de aplicação das tecnologias. Os bairros e lugares onde se concentram as populações negras recebem as designações de: cidades clandestinas, cidades irregulares, cidades informais e cidades periféricas. Lugares que ficam a margem do pensamento e da prática de urbanização, portanto fora do desenho urbano e sem investimentos proporcionais a densidade de população. Pensando na produção da desigualdade social no Brasil temos que a forma da produção da cidade tem relação com a formação das ideias acadêmicas e com a distribuição de valores sociais. Se fizermos uma relação do tratamento dado a estas áreas como os grupos sociais que aí habitam podemos inferir que a desigualdade social produzida sobre a população tem um componente especial urbano sintetizado no Bairro Negro. Assim a sistematização de “não lugar” nas ideias urbanísticas é parte da forma de produção da inclusão precária das populações negras na sociedade brasileira. Portanto a forma que a população negra aparece nas ideias urbanísticas retira a especificidade de ser um lugar de maioria de população negra e estigmatiza como lugar de produção espacial urbana informal. Como veremos mais adiante esta sistemática social pode ser considerada como parte do processo de desqualificação social da população negra e ato de prática do racismo antinegro. No entanto, independente da nomenclatura utilizada, o uso desta proposição nos ajuda a explicar a produção de desigualdade entre as populações negras e brancas na sociedade brasileira por meio da produção do desenho urbano das nossas cidades.

3- RETIRANDO O LUGAR DA POPULAÇÃO NEGRA DO LUGAR DOS PROBLEMAS CIENTIFICOS.

Quatro aspectos são importantes em serem constatados quando examinamos a relação entre população negra e o sistema universitário. Relação esta que esteve presente na discussão social durante a discussão polemica sobre as cotas para população negra nos processos de ingresso nas universidades públicas brasileiras (TREGNAGO, 2013). A constatação de que a população negra esta ausente das preocupações das universitárias

[Digite texto]

brasileira pode ser obtida do exame do número reduzidíssimo de teses e dissertações de mestrados sobre a população negra nos diversos aspectos, ou da inexistência de disciplinas específicas entre os diversos cursos de graduação nas várias áreas do conhecimento. Segunda constatação resulta do exame do reduzido número de alunas e alunos negros nos cursos de pós-graduação e entre os professores universitários. A terceira constatação pode ser retirada dos depoimentos dos pesquisadores negros quando as dificuldades de levarem a cabo as suas intenções de pesquisa, estes são em sucessivas ocasiões convidados a mudarem de tema. A quarta é relativa ao exame dos acervos das bibliotecas das universidades brasileiras onde figuram número reduzido de títulos sobre os temas de interesse da população negra. Estas constantes ausências pode ser pensadas como a formulação de uma ideologia de inviabilização da população negra para as formações e formulação das ideias acadêmicas.

Em sendo uma ideologia, esta não se produz de forma simples e nem é resultado de ações isoladas, resulta da sinergia de diversos fatores. Como toda ideologia os absurdos e produções de injustiças sociais ficam naturalizados e tornam-se motivo de contestação por apenas um grupo social. Na desqualificação da problemática da população negra no Brasil incidem pelo menos dois grandes fatores: O primeiro é de ordem internacional, podemos denomina-lo como da produção do ocidente e da articulação da dominação ocidental e o segundo pela ideologia da mestiçagem, pensando esta como solução do problema de conflito sociais entre as populações de origem africana e europeia na sociedade brasileira.

No primeiro caso, da dominação ocidental encontramos que o ocidente europeu se apresenta como a civilização em contra posição ao continente africano caracterizado pela barbárie. A construção da ideia de superioridade do ocidente tem como base que o pensamento racional e a pensamento científico, e estes seriam produtos apenas do ocidente. Estes fatos tem como premissa desta organização a filosofia que é publicada como de tradição grega (CUNHA JUNIOR, 2010). Produzindo também a ideia da Grécia como parte seminal da sociedade ocidental. Quando é fácil de mostrar que a pretensão da filosofia ser apenas grega é ideológico e não condiz com a realidade histórica. Primeiro que grande parte da filosofia arrolada como grega não é produzida na Grécia e nem por gregos, a exemplo de Tales de Mileto apresentado como filósofo grego nos manuais clássicos de filosofia sendo ele Jônico. A Jônia é a região da atual Turquia, portanto não é grego.

[Digite texto]

Por outro lado se questiona quanto à existência de uma filosofia africana (TOGA, 1971). Diversos são os questionamentos se existe ou não uma filosofia africana como parte da inclusão ou não de africanos e descendentes dentro do pensamento racional. Os caminhos para comprovação da existência de uma filosofia africana são também vários. Um deles é da verificação de literatura que reivindica uma tradição africana na filosofia. Nesta literatura figura a produção de Theophilo Obenga sobre a filosofia egípcia do período dos faraós (OBENGA, 1990). Como também em termos de moderna filosofia africana esta pode ser pensada em grandes grupos: pan africanismo, negritude, etnofilosofias e da libertação. Vendo o posicionamento do filósofo africano Paul Hountondji, em seu trabalho “Por filosofia africana entendo um conjunto de textos” (HOUNTONDJI, 1983). Além da existência da filosofia africana temos que declarar que todos os povos na humanidade têm as suas filosofias (CUNHA JUNIOR, 2010). Assim pensamento racional também é africano.

No segundo caso temos a discussão em torno da mestiçagem no Brasil. Discussão que transformou-se em monólogo na qual foi criado um ícone em torno da figura de Gilberto Freire e dada máxima importância ao livro Casa Grande e Senzala, passando a ser considerado pelos intelectuais brasileiros como um definidor das relações sociais entre a população escravizados e dos escravizadores. São prestados ao autor e ao livro falsos atributos e ignorados quaisquer questionamentos. O livro é adotado em todas as formações de ciências humanas e forma a estabilidade conceitual das relações entre os setores da população de forma razoavelmente harmônica tendo como base a relação entre as escravizadas africanas negras e os escravizadores brancos, ou seja, configura a suposição da inexistência de racismo antinegro na sociedade brasileira em razão da mestiçagem de origem.

Os falsos atributos sobre o livro são vários. O primeiro quando a originalidade em ser considerado como divisor de águas na tratamento das relações raciais Brasileira, além de ser considerado como inovador tendo mudado o foco das questões. Durante a primeira república a discussão sobre a população negra tinha o conteúdo de raça inferior e nesta raça inferior residiam todos os problemas da formação populacional do Brasil. Entretanto o problema foi contestado de forma científica e definitiva pelo pesquisador Juliano Moreira que determinou em 1891, nos seus trabalhos que tudo que imputava aos trópicos e a raça não eram mais do que as “condições sociais adversas impostas a população negra” (VENANCIO, 2010). Também em 1917 o notável professor Manoel

[Digite texto]

Querino introduz a ideia do africano como colonizador do Brasil dando novo patamar de importância as questões da cultura africana na formação da sociedade brasileira (QUERINO,1918). A ciência e o conhecimento universitários brasileiro fazem enorme silêncio sobre os trabalhos de Juliano Moreira e de Manoel Querino e traça um perfil de grande elogios aos trabalho de Gilberto Freire. No entanto a originalidade e mudança de rumos seriam de Juliano Moreira e de Manoel Querino, como dois exemplos dentre vários outros.

O trabalho de Gilberto Freire pode ser discutido quanto a sua seriedade e propriedade por diversos caminhos. Primeiro é trabalho totalmente desinformado sobre historia e cultura africana o que pode ser comprovado pelo exame da bibliografia. As referências são todas de uma produção racista. Não contem instrumentos para falar de população de origem africana e da sua inserção da sociedade brasileira (CUNHA JUNIOR, 2013). Outro é com relação a propriedade escravistas tomada como base do livro, onde existiam em um engenho de produção de açúcar a cerca de 1000 pessoas trabalhando em atividades diversas e especializadas como oleiros, marceneiros, criadores de animais, barqueiros etc, e reduzimos o complexidade de relações ao domínio da suposta vida na casa grande. Suposta, pois todas as afirmações no texto partem de suposições. Algumas absurdas como a que as mulheres negras tenham preferido os portugueses nas relações sexuais tendo em vista o diminuto pênis dos africanos. Como destacamos em trabalho anterior todos os críticos do livro são ignorados pela maioria das formações que adotam o livro (CUNHA JUNIOR, 2013). Assim a versão de Gilberto Freire instrui a inexistência de conflito e também de importância em tratar a população negra na formação brasileira, pois a mestiçagem eliminou todos os antagonismos e mesmo a importância das culturas negras.

Portanto tanto da relação da dominação ocidental e do contra ponto com a formulação da mestiçagem surgem às ideologias de invisibilidade da população negra na cultura universitária brasileira.

4- A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA.

As metas da politica da república eram impor uma nação homogenia, moderna, no sentido europeu e sem antagonismos entre a população negra e branca, eliminando as marcas do passado do escravismo criminoso e ignorando os conflitos acumulados

[Digite texto]

durante a sua existência, sem, contudo fazer nenhuma concessão política, econômica ou social as “classes sociais” afrodescendentes herdeiras desfavorecidas do regime político passado. Quanto a política da república podemos qualificá-la da mesma forma que a da monarquia como eurocêntrica e segregacionista. Impunha-se a república em redefinir a identidade nacional como uma identidade europeia, morena e tropical, como também ordenar e modernizar a nação. Implicava acabar com as revoltas sociais de maioria negras e de civilizar o país. Este projeto de nação de características étnicas bem determinadas e que contou com ampla aceitação tanto nos setores políticos conservadores e liberais como nos críticos socialistas e marxistas.

A industrialização como símbolo da modernidade e progresso foi estabelecida e operada privilegiando a imigração europeia e valorizando o trabalho imigrado da Europa em detrimento dos trabalhadores nacionais, pretos, pardos e mestiços em sua quase totalidade. Mesmo nos setores da economia que os nacionais, lê-se pretos e pardos, detinham a base de conhecimento, como foi o caso da agricultura do café estes foram substituídos pelos europeus (CUNHA JUNIOR,1992). A industrialização também é operada numa associação entre o capital nacional exportador de produtos primários, capital herdado dos crimes do escravismo, capital quase que hegemonicamente eurocentrico, e os capitais e administradores europeus para infra-estrutura urbana e infra-estrutura

ferroviária e energética. A modernização urbana e tecnológica é fortemente revestida de um caráter étnico e anti-nacionalista. O dinheiro público foi amplamente utilizado no financiamento da imigração europeia. Em nome do progresso econômico, da modernidade tecnológica e da civilização, que deveria afastar o atraso social brasileiro, se processa uma operação ampla de re-enquadramento social e disciplinar das populações afrodescendentes durante a república, principalmente nos 30 primeiros anos do século vinte. A política pública de imigração foi uma política contrária aos interesses dos afrodescendentes. Acompanhando esta política se processam outras no espaço urbano que são desestabilizadores sociais desta mesma população como veremos mais adiante. As políticas de modernização e de acesso à civilização e combate ao suposto atraso cultural brasileiro foram sumariamente políticas de desqualificação social e quebra de identidade dos afrodescendentes.

Durante o longo período de produção através do escravismo criminoso a constituição de famílias de africanos e afrodescendentes foram possíveis por diversas estratégias sociais. Uma das formas de elaboração das famílias foi a extensão para o Brasil do modelo de família extensa africana, representada por laços simbólicos e não necessariamente consangüíneos. Por outro, neste período, os casamentos oficiais realizados na igreja contemplavam um número reduzido de pessoas mesmo entre a população eurodescendente devido os seus custos e as exigências de rígida moral católica. A perspectiva de família européia, com casamento realizado na igreja católica, foi reforçado na perspectiva social urbana da republica. Desenvolvendo uma imensa campanha social por partes dos estratos de classe burguesa contra as formas de organização das famílias afrodescendentes. Esta campanha é baseada num discurso da moral, dos bons costumes e da ordem social. Esta campanha de ordem moral precisa ser bem compreendida como a afirmação social urbana de uma classe social idealizada eurodescendente no meio urbano das cidades brasileiras. Afirmação social urbana que funciona como meio de desqualificação social dos afrodescendentes. No campo da moral estavam enquadradas todas as festas populares de origem afrodescendente, mesmo as religiosas. As praticas de catimbó, candomblé e umbanda sofreram grande perseguição como atos imorais. As formas de socialização como os batuques, sambas, pastoris, maracatus, bumba meu boi, marabaixo, maxambombas, mamolengos, teatro de rua e danças em salões populares foram alvo constantes de perseguições e intervenções policiais, de intervenção pública e qualificados como baderna (ARAUJO, 1992), (ARRAIS, 1998). A ética moral da republica é a da modernidade organizada e contraria as manifestações de lazer e socialização de base da cultura africana. Os cortejos e festas negras sugeriam para a ordem republicana a desordem, eram denominadas como lugar de degeneração moral, continham o signo do atraso social e refletiam nas perspectivas das novas burguesias urbanas eurocentricas o quanto o meio urbano brasileiro estava distante da civilização europeia.

As cidades brasileiras do império eram espaços de maioria afrodescendente devido ao grande número de trabalhadores e comerciantes, negras e negros, no espaço público dos centros urbanos. Mesmo a moradia de contingentes importantes de afrodescendentes se realizou nos centros das cidades em habitações coletivas denominadas de cortiços. As imagens do espaço público urbano do império eram negras. A politica da república

exerceu uma ampla tarefa a re-significação destas imagens do espaço público e reorganização populacional.

A mudança da cidade republicana foi realizada pela copia do urbanismo e das edificações em estilo da “belle époque” francesa. As cidades brasileiras de norte a sul realizaram suas revoluções urbanísticas e estilísticas com a premissa de renovação civilizatória européia (CHALHOUB,1986), (ARRAIS, 1998). As dificuldades higiênicas, a falta de infra-estrutura sanitária e as epidemias urbanas serviram de desculpa para justificar o teor das medidas implantadas. A remoção sistemática das populações afrodescendentes dos centros urbanos se realizou em todas as cidades brasileiras, transferindo estas populações para áreas hermas e difíceis desprovidas de meios de transporte, saneamento, saúde, sistemas de educação e lazer. Com também distante dos meios de trabalho e sobre tudo das modernas formas de trabalho.

A dicotomia urbana estabelece uma rígida demarcação urbana entre a cidade e a denominada periferia. Entre o urbano citadino eurodescendente e a urbano periférico afrodescendente. Precisamos atentar para o caráter ideológico da ideia de periferia. Construiu-se um significado de conotação negativa em torno da periferia. Estabelecem os conceitos e as realidades de mocambos, arrabaldes, favelas, alagados, palafitas e outras denominações como sinônimas de áreas de maioria afrodescendentes. A dinâmica imposta à estas áreas urbanas de maioria afrodescendente são produtoras da persistência de pobreza em parcela significativa da população afrodescendente. A população de periferia será alimentada pelos fluxos migratórios devidos aos êxodos rurais. O racismo antinegro como controle social dos afrodescendentes é construído, em uma das suas praticas, através das relações de ocupação e territorialização urbana.

Os lemas da republica no meio urbano criam uma utopia disciplinar da cidade (ARAUJO, 1992), (RAGO, 1985). Os lemas de sanear, embelezar e civilizar, embutem políticas públicas contrarias aos interesses das populações afrodescendentes. O lema da republica esta expresso na bandeira nacional de forma abreviada. Temos a divisa Ordem e Progresso, que foi executada como “Racismo, Ordem e Progresso”.

5- CONCLUSÃO:

A produção e a reprodução das desigualdades de gênero e raça são parte de problemas estruturais da sociedade brasileira encontram uma materialização sistemática na produção urbana das cidades brasileiras. As cidades na literatura são apresentadas como divididas em formal e informal, a cidade real tem áreas de autoprodução pelos seus habitantes e que estão fora das perspectivas acadêmicas de existência pensada pela produção acadêmica uma vez que estão fora da pauta das ideias deste campo de preocupações. Entretanto a existência de políticas públicas e políticas urbanas dependem de ter respaldo nas ideias acadêmicas e ser pautada pela pesquisa, ensino e extensão acadêmica. Sendo mantidas fora das ideias acadêmicas estas não entram para os problemas de sociedades industriais como problema específico do planejamento urbano, das teorias e práticas do ensino e das formas de estudo de solução. São tratadas e consideradas como um não problema, reproduzido sempre a ideia da inexistência.

Não se trata de uma casualidade e sim de uma sistemática concebida na estrutura do pensamento ocidental e prevista na estrutura de dominação ocidental. A representação de africanos e descendentes de africanos num primeiro momento da formulação do racismo gerido pela ciência figuraram como povos sem cultura e raça sem intelecto. Devido as mudanças impressas na organização mundial e da relação entre os povos esta fórmula tornou-se desmoralizada pela própria ciência. No entanto permaneceram os seus resquícios e as formas de manter a supremacia europeia, sendo que as mudanças completas sempre adiadas. Assim na cultura brasileira instala-se o pensamento Gilberto Freyre que nega com firmeza a existência de tensões sociais entre as populações de descendência africana e de europeia. Nesta negação a população negra é um não problema, questiona-se mesmo a sua existência, transforma-se somente num problema de orientação das formas europeias de desenvolvimento da sociedade. Traduz-se no campo do conhecimento sobre cidades num lugar fora das ideias da cultura científica, portanto inexistente como problemática social específica e como problema a ser resolvido.

A negação do reconhecimento da existência de bairros negros, de bairros de maioria afrodescendente se articula as diversas formas que dão coerência aos processos de dominação postos em prática na sociedade brasileira e que relega a população negra a submissão a desigualdade produzida de diversas formas na sociedade brasileira. Mesmo

[Digite texto]

existido a lei 10.639/2003 esta é perfeitamente ignorada pelas faculdades de arquitetura e urbanismos e pelos órgãos responsáveis pela vigilância quanto ao respeito legal. A produção da desigualdade social entre a população negra e branca se mantém nas praticas da produção do espaço urbano, sem um questinamento efetivo nesta direção. A desigualdade fica naturalizada como um problema da pobreza e explicado pela pobreza sem questionamentos e sem relação com a história do Brasil quanto a existência do escravismo criminoso como herança da formação nacional.

A formulação e a condução do pensamento universitário urbanístico produzem a reprodução e continuidade dos processos de inscrição sistemática da desigualdade social sobre a população negra. Através do exercício do pensamento urbanístico e pelas praticas urbanas são mantidas inquestionáveis as hierarquias entre o grupo social negro e branco na produção do espaço urbano. Trata-se de um dos elos da cadeia que produz a invisibilidade social da problemática de um grupo étnico e que relega ao esquecimento a população negra como população de direito as transformações sociais e a produção da melhoria das condições de vida pelo acesso a tecnologia e do direito a cidade.

6- BIBLIOGRAIFA.

ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa. Festas: Mascara do Tempo: Entrudo, mascarada e Frevo no Carnaval do Recife. Recife: Dissertação de mestrado. UFPE, 1992.

ARAUJO, Rosa Maira Barbosa. A vocação do prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARRAIS, Raimundo. Recife, cultura e confrontos. Natal: EDUFRN, 1998.

AVELAR, Celso Alexandre de Souza de. A economia solidária em territórios populares: uma pesquisa exploratória sobre o tecido socioprodutivo em quatro comunidades da cidade do Rio de Janeiro / Celso Alexandre Souza de Alvear ... [et al]. - Rio de Janeiro: Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ / Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, 2012.

BENEVOLO, Leonardo. Historia da cidade. Editoria Perspectiva.2003.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na "belle époque". São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA JUNIOR, Henrique . Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. *Política Democrática* (Brasília), v. VII, p. 118-127, 2008.

_____. Serviço Social e população negra: Conceitos para uma análise estrutural do racismo antinegro. In: Angela Ernestina Cardoso de Brito ;Henrique Cunha Júnior. (Org.). *Serviço Social e a população negra: a encruzilhada*. 1ed.Montes Claros: Editora Caminhos Iluminados, 2015, v. 1, p. 15-36.

_____. NTU. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 9, p. 81-91, 2010.

_____. História e Memória de Bairros de Maioria Afrodescendentes. In: José Gerardo Vasconcelos; Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior; Zuleide Fernandes de Queiroz; José Edvar Costa de Araújo.. (Org.). *Interfaces Metodológicas na História da Educação*.. 1ed.Fortaleza: Edições da UFC, 2007, v. 1, p. 77-89.

_____. Educação, cidade e afrodescendência: As formas territoriais e políticas do racismo no Brasil. In: Laura Cristina Vieira Pizzi e Neiza de Lourdes Frederico Fumes. (Org.). *Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude*.. Maceio: Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007, v. , p. -.

_____. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. *Revista Espaço Acadêmico*. Nov. 2013.

_____. *Textos Para o Movimento Negro*. São Paulo – SP: Edicon, 1992.

DZIEKANIAK, Gisele e ROVER, Aires. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. *DataGramZero - Revista de Informação* -

v.12 n.5 out/2011 . http://www.dgz.org.br/out11/Art_01.htm. Consulta em 1 de fev.2016.

DUCCI, M. Conceptos básicos de urbanismo. Mexico:Trillas, 2009.

GOMES, Fabio Lourenço. Pan-africanismo, historiografia e educação. Experiências de Cabo Verde e no Brasil. 2014; Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. 2014.

GROSTEIN, Marta Dora. MetrÓpole e expansÓo urbana. A persistência de processos "insustentáveis". São Paulo Perspec. vol.15. no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100003> .

HORNUNG, Erik. (1992). Idea into image: essays on ancient Egyptian thought. Translated by Elizabeth Bredeck. New York: Timken.1992.

HOUNTONDI, Paulin (1983), African Philosophy: Myth and Reality. Bloomington: Indiana University Press.1983.

MALEK, Jaromir. Egypt: 4000 Years of Art. London: Phaidon Press, 2003.

NEAL, Zachary. Seeking common ground: three perspectives on public space. Urban Design and Planning. Proceedings of the Institution of Civil Engineers. 2010.

OBENGA, Théophile. La philosophie africaine de la période pharaonique. Paris: L'Harmattan, 1990.

QUERINO, Manoel. O Colono Preto como Fator da Civilização Brasileira. Anais do 6.º; Congresso Brasileiro de Geografia, 1918.

RAGO, Luzia M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil -1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

ROSSI, A. Architettura della città. Padua:Marsili Editori, 1966.

SENT / LE CORBUSIER. La carta de Atenas, manifesto urbanístico. Congresso Intenacional de Arquitetura Moderna.(CIAM). 1942.

SILVA JUNIOR, Luís Regis Coli. O programa Favela- Bairro e as políticas habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

SOUZA, C., 2002. Governos e sociedades locais em contexto de desigualdades e de descentralização. *Ciência & Saúde Coletiva* 7 (3):431-442.

TREGNAGO, Carlos Alberto. **Cisma moderna: sistema de cotas é ferramenta de injustiça e inferioridade.** Disponível em <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3804/Cisma-moderna-sistema-de-cotas-e-ferramenta-de-injustica-e-inferioridade>. Acesso em 07 jun. 2013.

TOWA, Marcien. *Essai sur la problématique philosophique dans l’Afrique actuelle*. Yaoundé: Ed. CLE, 1971.

VENANCIO, Ana Teresa A. Pioneiro, Juliano Moreira propôs o fim das camisas de força nos hospícios. *Revista de Historia*. Com.2010. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/reportagem-psiquiatria-sem-preconceito>